

A SINTAXE EM MATTOSO CÂMARA*

(Syntax in Mattoso Câmara)

Válter KEHDI
(USP)

ABSTRACT: *In the literature about Mattoso Câmara's work, there is practically no reference to his studies in syntax. The purpose of this article is to show that the author has also worked in Portuguese syntax in all its extension. His considerations concerning simple and complex clauses are deeply stimulating and, considering his predominantly formalist approach, they cannot be interpreted as a simple retaking of the traditional view.*

KEY-WORDS: *Syntax; Close and loose relations; Necessary and free relations.*

RESUMO: *Na apresentação da obra de J. Mattoso Câmara Jr., não há praticamente referência aos seus estudos sintáticos. O objetivo deste artigo é mostrar que o autor também se preocupou com a sintaxe portuguesa em toda a sua extensão. Suas considerações relativas ao período simples e composto são profundamente estimulantes e, pelo enfoque predominantemente formalista, não podem ser interpretadas como simples retomada da visão tradicional.*

PALAVRAS-CHAVE: *Sintaxe; Relações cerradas e soltas; Relações necessárias e livres.*

0. Introdução

Tem-se dado pouca importância à contribuição de Mattoso Câmara no que se refere aos estudos de sintaxe (e, principalmente, da sintaxe portuguesa), considerando-se que os trabalhos do autor se concentram na fonêmica e na morfologia.

Não resta dúvida de que, no período em que os textos de Mattoso Câmara foram publicados, a lingüística estrutural privilegiava os campos

* Este artigo é uma versão alterada do capítulo VII da minha tese de livre-docência *A Morfologia e a Sintaxe Portuguesas na obra de J. Mattoso Câmara Jr.* São Paulo, FFLCH-USP, 1998.

da fonologia (ou fonêmica, para os norte-americanos) e da morfologia, o que explica o maior desenvolvimento que esses estudos receberam por parte do autor. Contudo, é conveniente lembrar que a sintaxe não foi tão negligenciada por Mattoso quanto se pode pensar.

Partindo da noção de frase como unidade do discurso, com seus quatro elementos essenciais: o falante, o ouvinte, o assunto e a situação, bem como a especial importância atribuída à manifestação psíquica e ao apelo, integrados à simples informação (na esteira da *Sprachtheorie*, de Karl Bühler), Mattoso Câmara estabelece a interpenetração entre as frases intelectiva e afetiva, propondo, assim, uma sintaxe vinculada à estilística. Essa posição vai impedi-lo de aderir à sintaxe formalista dos bloomfieldianos, embora, como o mostraremos, não se possa deixar de reconhecer a proposta mattosiana de uma sintaxe rigorosa, elaborada e, sobretudo, explorável.

Como reforço dessa vinculação, contribuiu também sua leitura de *The syntax of Castilian Prose. The sixteenth century*, de Hayard Keniston, que, no § 1.7, afirma:

[...] It is difficult to establish the boundaries between syntax and stylistics, for what is today the stylistic peculiarity of an individual or a group of individuals with common ideals may tomorrow become the normal syntactic practice. (Keniston 1937:5)¹

Com base em *Speech and Language*, de Alan Gardiner (também influenciado por Bühler), classifica as frases em *emotivas* (com predomínio do sujeito falante e da exteriorização de seus estados d'alma), *requisitivas* (subdivididas em *interrogativas* e *imperativas*, voltadas, portanto, para o ouvinte) e *assertivas* (com o objetivo de desenvolvimento do assunto, em independência dos interlocutores),² procurando destacar os traços formais gerais que as caracterizam e a passagem de um tipo a outro.

Com o objetivo de facilitar nossa exposição e organizar melhor as idéias, dividiremos o presente artigo em quatro partes.

¹ Essa obra faz parte do Arquivo Mattoso Câmara, da Universidade Católica de Petrópolis, e apresenta numerosos trechos assinalados pelo autor.

² Cf. *Princípios de Linguística Geral* (1.ed., 1941, p.131-132). Essa classificação mantém-se, com maior ou menor destaque, nas demais edições.

Na primeira, enfocaremos a caracterização da morfologia e da sintaxe, bem como de seus aspectos diferenciais, sem deixarmos de discutir os problemas decorrentes.

O esboço geral da sintaxe, tal como se apresenta na obra mattosiana, será apresentado e comentado na segunda parte.

Reservamos para a terceira parte o estudo detalhado das considerações que o autor teceu sobre alguns termos oracionais, e que aparecem esparsas ao longo de sua obra. É aqui que poderemos ver que Mattoso Câmara, além de não ter negligenciado ou minimizado os estudos sintáticos, não ficou preso exclusivamente à tradição gramatical do português.

Como a mesma observação pode ser estendida ao período composto, reservamos ao estudo deste último a quarta parte do presente texto.

1. Morfologia e Sintaxe

O estabelecimento das fronteiras entre a morfologia e a sintaxe tem sido objeto de polêmica entre os lingüistas, sem contar os que chegam a afirmar que a separação entre os dois campos é artificial, na defesa do que comumente se designa como morfossintaxe.³

Não entraremos, aqui, nos aspectos polêmicos da questão. Vamos ater-nos à posição mattosiana e à discussão da mesma.

O texto em que Mattoso Câmara apresenta o assunto de forma mais clara e desenvolvida é o ensaio “Morfologia e Sintaxe”, publicado inicialmente no *Jornal de Filologia* (Mattoso Câmara 1955: 177-182) e, posteriormente, inserido nos *Dispensos* (Uchôa 1972: 9-14).

As referências ao problema encontram-se, também, nos *Princípios de Lingüística Geral* (1964) e nos verbetes correspondentes do *Dicionário de Fatos Gramaticais* (1956a), e da edição posterior, *Dicionário de lingüística e gramática* (1977). Entretanto, é no ensaio acima mencionado que a posição do autor é estabelecida de forma mais completa e coerente.

³ Para maiores informações sobre o assunto, consulte-se Roca-Pons, J. – *Introducción a la gramática* (sobretudo, cap. 5, p. 99-105).

Como não há contradição ou mudança de posição relativamente aos outros textos referidos, baseamo-nos, aqui, no artigo “Morfologia e Sintaxe”.

Convicto de que uma análise lingüística deve ser feita em função dos dois eixos (sintagmático e paradigmático) simultaneamente, Mattoso Câmara, propondo a exploração das relações associativas (paradigmáticas),⁴ conclui que é necessário que se delimitem os dois campos dos estudos gramaticais (morfologia e sintaxe), com base nos dois eixos de Saussure.

Partidário da separação entre os dois campos, reserva para a morfologia o estudo do vocabulário isolado; a sintaxe deve ocupar-se da combinação entre os vocábulos.

Embora seja essa oposição defendida pela gramática tradicional, o autor revela sua originalidade ao integrá-la na lingüística saussuriana. Retomando as relações associativas e sintagmáticas de Saussure, Mattoso Câmara salienta que um determinado elemento se define por dois tipos de relações: as que estabelece com os elementos do mesmo paradigma (e cujo estudo é objeto da morfologia) e as que contrai com os demais elementos da frase (objeto de estudo da sintaxe).

Ocorre que, para Saussure, bem como para Bally (1965) Mikus (1952), as relações sintagmáticas se verificam também no interior do vocábulo (quando este é constituído de dois morfemas). Em outras palavras, a sintagmática, no seu sentido amplo, inclui a sintaxe, indo, também, além dela. Esse fato conduz Mattoso Câmara a especificar, dentro da sintagmática, a área específica da sintaxe.

No caso dos derivados (por ex., *reler*), embora estejamos diante de mais de um morfema, eles formam um conjunto que se integra em novas relações associativas; por ex. *reler* se associa a *rever*, *refazer*, etc. Retomando as próprias palavras do autor:

Temos assim o fundamento teórico para depreender da sintagmática ampla de Saussure uma sintaxe no seu sentido estrito e usual. É ela a parte da gramática que estuda as seqüências frasais, isto é, aquelas em que um valor lingüístico associativo não interfere e não entra em conflito com o valor sintagmático que a sucessão das formas determina. (Mattoso Câmara, in Uchôa 1972: 14, grifos nossos)

⁴ Essa postura é sempre mantida nas análises realizadas pelo autor; cf., p.ex., sua obra *Uma forma verbal portuguesa* (Mattoso Câmara 1956b).

Não queremos encerrar esta parte, sem fazer referência ao problema do morfema de posição, que, nos termos em que é explicitado por Mattoso Câmara, problematiza a separação (até agora aparentemente nítida) que o autor estabelece entre morfologia e sintaxe.

No *Dicionário de lingüística e gramática*, no verbete *morfema*, Mattoso Câmara assim se refere ao morfema de posição:

5) [morfema] de Posição: a posição do semantema em relação a outro na enunciação; [...] (ex.: *Pedro ouve Paulo*, com *Pedro* sujeito; *Paulo ouve Pedro*, com *Pedro* objeto; [...]) (Mattoso Câmara, in Uchôa 1972: 170-171).

Ora, como vimos acima, para o autor, a combinatória dos vocábulos é um problema de sintaxe; no entanto, está, no verbete citado, arrolada entre os tipos de morfemas (objeto de estudo da morfologia). Cumpre esclarecer, todavia, que a contradição é aparente. Do vocábulo ao período temos diferentes níveis de coesão entre os elementos constituintes; no vocábulo, a coesão dos morfemas é fixa e rígida, ao passo que, nas orações e em alguns de seus termos, essa coesão é mais frouxa. Ressalte-se, ainda, que o traço característico do sintagma é a relação determinado-determinante entre os seus elementos e, sob esse aspecto específico, não são profundamente significativas as diferenças entre vocábulo (e seus constituintes) e oração (e seus termos).

Curiosamente, é para esses diferentes graus de coesão que aponta a oposição que os distribucionalistas americanos estabelecem entre morfologia e sintaxe:

20.1 (...) **Morphology** includes the stock of segmental morphemes, and the ways in which words are built out of them. **Syntax** includes the ways in which words, and suprasegmental morphemes, are arranged relative to each other in utterances. (Hockett 1958: 177).

Como, fundamentalmente, a morfologia e a sintaxe são marcadas pela combinatória, justifica-se que a análise em constituintes imediatos da escola bloomfieldiana seja igualmente aplicável aos dois terrenos. Saliente-se, entretanto, que a oposição estabelecida por Mattoso Câmara não se baseia nos distribucionalistas. Provam-no dois fatos importantes: primeiramente, as análises morfológica e sintática mattosianas não se pautam

pelos mesmos critérios; em segundo lugar, para Mattoso Câmara, a morfologia baseia-se na valorização do eixo paradigmático, não levado em conta pelos distribucionalistas. Portanto, pode-se concluir que é a partir de Bally e Mikus que Mattoso Câmara estabelece as duas divisões da gramática.

Relativamente ao exposto acima, cabe ressaltar que a sintaxe mattosiana parte da forma para o sentido e é, portanto, dessa perspectiva que deve ser avaliada.

2. Panorama geral da sintaxe

A sintaxe mattosiana é apresentada em suas linhas gerais nos *Princípios de lingüística geral*. Nos capítulos XI: “A frase: sua conceituação” (1964:162-173) e XII: “A frase: sua estrutura” (1964:174-191), o autor expõe suas concepções relativamente ao tema.

Como na *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, de publicação mais recente, Mattoso Câmara retoma os mesmos aspectos e os amplia, será esse o texto a partir do qual faremos nossos comentários. Baseamo-nos no capítulo XI: “A frase portuguesa” (1975: 235-258), subdividido em duas partes: I. “Os padrões frasais”; II. “Os mecanismos sintáticos”.

Embora na *História e Estrutura*, o autor contraste, ao longo de toda a obra, os pontos de vista diacrônico e sincrônico, fixar-nos-emos, em nossa exposição, na perspectiva sincrônica.

Inicialmente, Mattoso Câmara subdivide as frases em dois tipos: nominais e verbais, conforme a natureza do predicado. Se este for representado por um nome, tem-se a frase nominal (caso das frases com verbo de ligação e predicativo do sujeito); no caso do predicado representado por um verbo, estamos diante de uma frase verbal.

Na frase verbal, o sujeito é o elemento determinado, ao passo que o predicado é o elemento determinante. Reconhece-se, aqui, a influência de C. Bally (assinalada anteriormente), que se pode verificar através da passagem:

O ‘sujeito’ é um substantivo (nome ou pronome), que serve de ‘tema’, ou ponto de partida, da comunicação frasal. (Mattoso Câmara 1975: 235)

Entretanto, na relação sujeito-predicado, não é pacífica a interpretação do sujeito como determinado.

Alguns lingüistas, diferentemente de Bally, consideram o predicado como o elemento determinado, atribuindo ao sujeito o papel de determinante. Essa é, por exemplo, a posição de Tesnière, que considera a frase como um conjunto de relações de determinação que convergem todas para o predicado, que passa a ser o elemento básico, central e, portanto, o determinado (cf. Tesnière 1969: 103-105).

Afinando a posição de Tesnière, encontramos o mesmo ponto de vista em Martinet (1980: particularmente, p. 125-126).

Na verdade, a divergência decorre da visão que se tem desses dois termos oracionais: a posição de Bally (retomada por Mattoso Câmara) baseia-se na concepção lógica da oração, ao passo que Tesnière e Martinet, de um ponto de vista mais formal, privilegiam a caracterização sintática.

Retomando a frase verbal e sua caracterização, Mattoso Câmara observa que o predicado verbal pode ser constituído de um verbo desacompanhado ou seguido de complemento, preposicionado ou não, conforme o exija a regência verbal.

No caso de o verbo vir acompanhado de complemento, o autor especifica os traços formais ligados a este último. Aqui, a posição mattosiana reveste-se de particular interesse, se nos lembrarmos de que mesmo nossas gramáticas mais recentes procuram caracterizar os complementos por aspectos semânticos e alguns vagos traços formais.

Voltando à caracterização dos padrões gerais (frase nominal e verbal), o autor passa a considerar as frases negativa e interrogativa.

Relativamente às frases negativas, é digna de nota a observação segundo a qual os pronomes indefinidos *nada* e *ninguém*, quando antecedem o verbo, rejeitam a partícula *não*. Comparem-se: *Não sei nada* : *Nada sei* e *Não chegou ninguém* : *Ninguém chegou*. Seria, contudo, interessante que se integrasse essa observação no tópico em que estuda os mecanismos sintático, especificamente a colocação.

No que se refere às frases interrogativas, Mattoso Câmara estabelece a conhecida distinção entre interrogação total e interrogação parcial. Escla-

rece que, nesta última, quando a questão não incide sobre o sujeito, se dá a posposição desse termo oracional: *Quando partem os viajantes? Onde estão os livros?* Ocorre que, na verdade, mesmo na língua escrita formal, é possível a anteposição do sujeito ao elemento interrogativo: *Os viajantes quando partem? Os livros onde estão?* (construções enfáticas). Não se trata, portanto, de uma regra rigorosa de colocação.

Dispensamo-nos de especificar, aqui, o que o autor afirma a respeito dos padrões de subordinação, que desenvolvemos mais explicitamente na próxima seção.

São inovadoras suas observações relativas ao par pergunta-resposta, quando assinala que, diferentemente do que ocorre em outras línguas românicas, o português utiliza como resposta afirmativa a uma interrogação total a simples repetição do verbo que figura na pergunta (*Pedro saiu hoje? Saiu.* (em vez do simples *Sim*)). A resposta negativa concentra-se na partícula *não*, desacompanhada da forma verbal (*Pedro saiu hoje? Não*).⁵

Chama-nos a atenção, aqui, a omissão de um fato importante ligado às frases interrogativas. Na interrogação indireta caberia discutir o caráter justaposto ou não de certas construções (*Pergunto qual é seu endereço*), ou o cruzamento das interrogativas indiretas com as relativas (*Pergunto o que vai acontecer*), não satisfatoriamente discutidos em nossas gramáticas.

Passemos, agora, à segunda parte do capítulo de *História e Estrutura*, em que Mattoso Câmara faz o levantamento dos mecanismos sintáticos: regência, concordância, colocação e divisão fonológica (como recurso sintático).

Sem levar em conta a divisão fonológica, os mecanismos apresentados correspondem ao que a gramática tradicional já havia especificado e a NGB oficializou.

Impõe-se, inicialmente, que se considerem dois pares opostos de relações sintáticas, apresentadas na *Contribuição à Estilística Portuguesa* (Mattoso Câmara 1977: 64). No primeiro par, temos o contraste entre relações *necessárias* e *livres*; no segundo, o contraste entre *cerradas* e *soltas*. A concordância do adjetivo com o substantivo é, em português, um exemplo de

⁵ Essas observações, que correspondem a um uso comum e generalizado, curiosamente não aparecem em muitas de nossas gramáticas.

relação necessária e solta, pois o adjetivo pode conectar-se com mais de um substantivo e antepor-se ou pospor-se a este último; por outro lado, a relação entre a preposição e seu conseqüente é cerrada. O emprego dos infinitivos flexionado e não flexionado é, com freqüência, a ilustração de uma relação livre, pois o uso de um e de outro é, muitas vezes, facultativo. Vê-se, portanto, que os dois pares não constituem compartimentos estanques. Ressalte-se que as relações cerradas e as soltas se associam ao problema da coesão dos elementos oracionais e estão, portanto, relacionadas com o mecanismo sintático da colocação. Por sua vez, as relações necessárias e as livres relacionam-se mais com a regência e a concordância.

Com base nessas considerações preliminares, podemos explorar aspectos ligados aos mecanismos sintáticos.

No que se refere à regência, Mattoso Câmara destaca a regência nominal e a verbal.

O tratamento dado à regência nominal é cursivo, limitando-se o autor a reconhecer a preposição *de* como marca dessa regência. Ora, os processos de nominalização mostram que outras preposições são possíveis (*obediência a alguém/algo*, p. ex.); não é rara a substituição da preposição *de* por outras, em caso de ambigüidade: *caça às bruxas* (por *caça das bruxas*, de duplo sentido).

Mais desenvolvido apresenta-se o estudo da regência verbal, merecendo referência especial a preocupação com os aspectos semânticos ligados às preposições, como se pode ver na passagem seguinte:

É a significação gramatical de 'direção' que explica, por exemplo, a preposição *a* na regência do complemento do verbo *aspirar*; da mesma sorte, o verbo *incorporar* pode ter um complemento com a preposição *em* (lugar), ou *a* (direção), ou *com* (associação) (Mattoso Câmara 1977: 247).

A preposição que encabeça certos complementos verbais pode resultar de uma 'servidão gramatical': é o caso do verbo *gostar*, que pede a preposição *de* (que, primitivamente, nessa construção, tinha valor partitivo).

Seria desejável que, aqui, o autor estabelecesse os devidos paralelismos entre as regências verbal e nominal, mostrando as importantes vinculações que existem entre elas.

Quanto à concordância, estabelece-se, também, a divisão em concordância nominal e verbal.

As referências aos dois tipos de concordância prendem-se às regras gerais, bastante conhecidas.

A originalidade do tópico consiste em mostrar que a maior parte dos casos de concordância se dá sob a forma de variações livres: o adjetivo relacionado a mais de um substantivo deve concordar com o último (*o amor e a amizade verdadeira*); nesse caso, a língua literária criou a possibilidade de uma concordância global com o adjetivo no masculino plural (*o amor e a amizade verdadeiros*), a fim de evitar a duplicidade interpretativa.

Na concordância verbal também se apontam casos de variação livre, quando o sujeito composto aparece posposto: *Desapareceu o explorador e todos os seus companheiros* (com a possibilidade de se realizar a concordância: *Desapareceram...*).

A impessoalização resulta da invariabilidade em número de um verbo na 3a. pessoa do singular, com os verbos que exprimem fenômenos atmosféricos e na construção passiva pronominal.

Com relação à colocação, Mattoso Câmara enfatiza a importância da intenção de expressividade, portanto estilística, como se pode depreender da passagem:

Há um princípio básico, que consiste em atribuir ao último termo do enunciado o máximo valor informativo (Mattoso Câmara 1977: 252).

Esse princípio explicaria a colocação normal do adjetivo (como elemento de acréscimo de um dado de informação nova) após o substantivo; justificaria, também, a anteposição do sujeito (como tema da informação) com relação ao predicado.

Considerando-se que a ordem dos vocábulos é justificada por diversos fatores, tais como a autonomia do sintagma, a pausa, o ritmo, as razões de natureza lógico-semântica, etc. (e que, muitas vezes, aparecem acoplados), parece-nos parcial o enfoque exclusivo da expressividade.

Os fatores apontados justificam a liberdade de colocação, o que revela que aqui nos deparamos com vários exemplos de relações soltas.

Encerrando esta parte, o tópico mais original é o do item 9 (“A divisão fonológica como recurso sintático”).

Segundo Mattoso Câmara, a distribuição dos grupos de força dentro da frase é um fator que, associado à colocação, pode desambigüisar certas construções. São dignos de nota os comentários feitos sobre a frase *Tenbo um livro de Pedro*:

[...] a) *Tenbo um livro / de Pedro* (como presente, digamos); b) *Tenbo / um livro de Pedro* (de que ele é possuidor, por exemplo). Também aqui a colocação é outra alternativa: a) *Tenbo de Pedro um livro*; b) *Tenbo um livro de Pedro*. (Mattoso Câmara 1977:257)

A distribuição dos grupos de força, o jogo de pausas, remetem-nos às construções intervirguladas, cujo estatuto sintático e semântico ainda não está suficientemente esclarecido.⁶ Vemos, mais uma vez, que as considerações sintáticas de Mattoso Câmara são, também, atuais e sugestivas.

Em conclusão, procurou-se, nesta parte, mostrar que regência, concordância, colocação e divisão fonológica como recurso sintático estão imbricadas e constituem entre si mecanismos compensatórios, em virtude do fato de representarem relações livres e soltas, sujeitas, portanto, à ambigüidade e à instabilidade.

3. Os termos oracionais

No prefácio que escreveu para a *Nova Análise Semântica*, de Madre Olívia, (sob o título de “Duas palavras apenas”), Mattoso Câmara revela, pelas referências seguras a figuras importantes da lingüística européia (Jespersen, Bally, Mikus, Glinz, Karcevski e Martinet) e da lingüística norteamericana (Bloomfield, Fries, Hockett, Harris, Pike e até Chomsky), estar a par das pesquisas mais avançadas que se realizavam na área da sintaxe.

Reservamos esta parte ao estudo mais detalhado da sintaxe mattosiana. Baseamo-nos, essencialmente, nas duas edições do dicionário de lingüística do autor: *Dicionário de Fatos Gramaticais* – abreviadamente DFG;

⁶ Para o estudo desse tipo de construção, consulte-se a *Grammaire de la Phrase Française*, de Pierre Le Goffic (1993).

e *Dicionário de lingüística e gramática* – abreviadamente **DLG** (respectivamente, Mattoso Câmara 1956a e 1977).

Para não sobrecarregar o texto, citaremos apenas as passagens que nos parecem indispensáveis. É no verbete *análise* que Mattoso Câmara apresenta, a respeito da análise sintática, a sua postura relativa ao assunto. Examinemos a passagem seguinte:

[...] A análise sintática é chamada *lógica* porque tende a apreciar as frases de acôrdo com as leis da *Lógica* dita *formal*, disciplina filosófica que estabelece as condições para a boa expressão de um raciocínio verbal. Dêste ponto de vista é uma técnica inadequada a se aplicar a toda e qualquer frase por três motivos: 1) muitas frases enunciadas não decorrem de um raciocínio, mas de um impulso emotivo, isto é, não são *declarativas*; 2) muitas frases, mesmo pautadas de raciocínio, sofrem a interferência de variados fatores psíquicos que perturbam a nitidez do seu desdobramento lógico (v. *anacoluto*, *atração*, *afetividade e silepse*); 3) as possibilidades da expressão lingüística, mesmo nas frases puramente declarativas, ultrapassam os esquemas verbais que a lógica nos ministra (v. *idiotismos*, *realce*, *pleonismo*, *impressionismo e antecipação*). (DFG, p. 30)

Ao mostrar os limites de uma análise lógica, o autor chama a atenção para aspectos formais (p. ex., *anacoluto*, *antecipação*, etc.). No **DLG**, o mesmo verbete (p. 49-50) não sofre alterações; como, na segunda edição, Mattoso Câmara esmiúça os traços formais na caracterização dos termos da oração, podemos afirmar que, da primeira para a segunda edição, houve um aprofundamento desse aspecto: as duas edições (no que se refere à estruturação do período simples) não apresentam, portanto, posições antagônicas. Por essas razões, nossas referências fixar-se-ão, sobretudo, na segunda edição.

Dos termos oracionais levantados, escolhemos, para iniciar nossa exposição, o *sujeito*, por motivos que mais abaixo especificaremos.

O sujeito, como vimos, é caracterizado como o elemento determinado do sintagma oracional, em que o predicado aparece como determinante. Apresenta, também, o traço da concordância com o verbo e o da freqüente anteposição com relação a este último.

A omissão de características semânticas do sujeito prende-se ao fato de que este expressa uma variedade de valores: nem sempre pode ser identificado como o agente da ação verbal, por exemplo. Essa constatação con-

duz o autor a examinar uma série de construções em que o elemento agente é expresso por formas linguisticamente diversificadas.

No verbete *agente*, vemos que este pode ser expresso pelo sujeito em muitas frases ativas; na frase passiva, é representado por um sintagma preposicional encabeçado por *por / de* (agente da passiva); com os verbos causativos, o agente é o ser-objeto, a que o ser-sujeito impõe a ação; muitos adjuntos de um substantivo, regidos pela preposição *de*, podem, também, exprimir o agente (*obra de José de Alencar*).

Relativamente aos verbos *causativos*, Mattoso Câmara especifica que são normalmente caracterizados pelo sufixo *-entar* (*afugentar*: comparem-se: *O cão afugentou a raposa – a raposa fugiu*), ou pelo sufixo *-izar* (*civilizar*). Existem, paralelamente, construções analíticas com o auxiliar *fazer* + infinitivo (*faz nascer*), ou com *fazer / tornar* + adjetivo (*faz/torna feliz*).

Paralelamente, a noção de paciente não se associa, por exclusividade, ao sujeito da construção passiva. O caráter de paciente pode notar-se em certas frases ativas: *O meliante apanhou uma surra*. Essas construções são examinadas sob a rubrica *passividade*. (Assinalemos, ainda, que o objeto direto, muitas vezes, indica o paciente: *Pedro feriu Paulo*).

Não se pode, também, estabelecer relação absoluta entre passividade e voz passiva; a voz passiva impessoal é, na verdade, uma forma passiva, de sentido ativo e sujeito indeterminado: *trabalha-se, come-se*, etc.

Os comentários acima permitem-nos estabelecer uma relação entre os verbetes *sujeito, agente, causativo e passividade*. Acrescente-se, também, que a falta de um valor semântico estável para o sujeito e para a construção passiva (ou a possibilidade de construções diversificadas para a expressão do agente e da passividade) leva o autor a privilegiar os aspectos formais, fato que foi apenas constatado nos comentários acima, relativos ao verbete *análise*.

Em *impessoalidade*, Mattoso Câmara não se limita a enumerar as construções impessoais da língua portuguesa, mas enfoca alguns processos de impessoalização.

Nas frases com o verbo *haver* (com a noção de existência), o nome que era inicialmente sujeito passa a complemento de lugar (regido de *em*): *A carniça havia* (= tinha) *ossos* → *Na carniça havia* (= existiam) *ossos*.

O processo é vivo, em português, pois ocorre, atualmente, com o verbo *ter* na linguagem popular do Brasil (e mesmo na linguagem literária). Em termos formais, a anteposição da preposição ao sujeito torna-o complemento circunstancial e assegura-lhe a mobilidade (note-se que também se pode dizer *Havia ossos na carniça*).

As orações impessoais com a partícula apassivadora *se* resultam de eliminações sucessivas de termos de uma construção primitiva, de valor passivo incontestável pela presença do agente: “[...] *por ele o mar remoto navegamos que só dos feios focas se navega*” (Lus., I, 52) → *mar que se navega* → *navega-se* (pass. impess.).

Houve, aqui, elipses sucessivas. O processo é vivo, como se pode observar pela coexistência de construções como: *Afinam-se pianos*, ao lado de *afina-se pianos*.⁷

No que se refere aos *complementos*, já discutimos alguns aspectos na primeira parte deste texto. Associados ao verbete *objeto*, os *complementos* serão, aqui, explicitados com maiores detalhes, com apoio, sobretudo, no critério da *pronominalização*, amplamente utilizado pelos estruturalistas na depreensão e caracterização dos constituintes oracionais.

O objeto direto não deve ser identificado pelo seu caráter justaposto. Não só há adjuntos adverbiais também justapostos (*Leio o dia inteiro*), como também não é incomum o objeto direto aparecer regido da preposição *a* (*Amar a Deus*). Portanto, os critérios que se revelam mais seguros para a identificação desse termo oracional são a possibilidade de substituí-lo pelo pronome *o* (e variantes) e a transformação passiva.

Com relação ao objeto indireto, regido de *a*, a forma pronominal que pode substituí-lo é *lhe* (e respectivo plural). Como, de acordo com a NGB, o objeto indireto tem sentido amplo (incluindo alguns dos antigos complementos terminativos), fazem-se necessárias outras especificações, quando a preposição é diferente de *a*.

Quanto ao complemento de direção, não é possível substituí-lo por *lhe*, e sim por *ele* (e variantes) regido da preposição *a*:

⁷ Note-se como todos os comentários feitos até agora convergem para o sujeito.

Vou ao menino – *Vou a ele* (ex. extraído de Mattoso Câmara 1975: 239)

Retomando o par:

Vou ao menino – *Vou a ele*, convém assinalar que, se em vez de nome de ser animado, tivéssemos um nome de lugar (p. ex., *Vou ao colégio*), haveria a possibilidade de substituir o complemento pelo advérbio de base pronominal *lá*: *Vou lá* (construção mais natural que *Vou a ele*).

Apesar do cuidado do autor em caracterizar esses complementos por traços formais, sua preocupação com a apresentação de um quadro genérico faz com que deixe de lado aspectos importantes, que reclamam elucidação e maior desenvolvimento.

Os complementos circunstanciais (adjuntos adverbiais, segundo a NGB) caracterizam-se por poderem ser substituídos por advérbios (Comparem-se: *Vou à praia todos os dias* – *Vou lá cotidianamente*). Quando essa substituição não é possível numa dada oração, pode ser indiretamente obtida por meio de outra (que contenha o mesmo verbo e complementos na mesma função): *Vou ao presidente às três horas*; substitua-se por: *Vou à praia todos os dias*.

Observação: Reconhecendo o caráter acessório dos chamados *adjuntos*, Mattoso Câmara observa:

Daí o nome de *adjuntos adverbiais*, que se dá aos complementos circunstanciais e onde o termo adjunto é adotado para insistir no caráter acessório que se lhes atribui na comunicação, **mas nem sempre exato** (cf. o verbo *ir*, **que pressupõe necessariamente a expressão de um ponto de chegada como complemento circunstancial de lugar**) (DLG – s.v. *complementos*, p.76 – grifos nossos).

Propõe, contra o que estabelece a NGB, que se designem como *adjuntos* os complementos substantivais; *complemento* seria a designação reservada para os complementos verbais (cf. DLG, s.v. *adjunto*, p. 41 e *complemento*, p. 75-76). Estes últimos dividem-se em quatro tipos: objetivos, circunstanciais, predicativos e de agente. A rigor, dever-se-ia excluir do quadro dos complementos o predicativo, pois este não tem caráter complementar; é o elemento nuclear da frase nominal, em que muitas vezes falta o verbo de ligação (cf. lat. *homo bonus* “o homem é bom”). Dessa forma, os complementos continuariam sendo quatro, em função da subdivisão dos objeti-

vos: objeto direto, objeto indireto, circunstancial e de agente (com exclusão, portanto, do predicativo).

Os complementos predicativos (do sujeito e do objeto) são expressos por adjetivo (diferentemente dos complementos direto, indireto, e circunstancial), ou por substantivo que possa ser substituído por adjetivo:

Pedro é um anjo – Pedro é bom

Considero-o um homem de bem – Considero-o justo

Finalmente, Mattoso Câmara destaca o complemento de agente (agente da passiva, para a NGB), que, nas frases passivas, aparece regido das preposições *por / de*, e é sempre acessório. Observando frases como *Ele foi visto por Lisboa*, que apresenta essas mesmas características, e em que *por Lisboa* é um complemento circunstancial de lugar, essa caracterização formal parece insuficiente; por isso o autor especifica que o complemento de agente exprime o agente da ação na voz passiva. Estamos, aqui, diante de um novo caso, em que os critérios formais são completados com o aspecto semântico.

Todas as observações acima permitem-nos fazer um levantamento das técnicas formais empregadas por Mattoso Câmara na caracterização dos termos oracionais: basicamente, levou em conta a ordem (posição), a omissão (elipse), o acréscimo de elementos (no caso da preposição que antecede o complemento de lugar nas frases com o verbo *haver*), a pronominalização e a permutação (mobilidade dos elementos).

A ordem aparece frequentemente associada à permutação (lembrem-se os comentários relativos ao sujeito e aos constituintes adjetivais); a pronominalização (que inclui, também, os advérbios de base pronominal) é de capital importância para a caracterização dos complementos; a omissão pode ser considerada um caso de substituição por \emptyset .

Todos esses recursos estão sintetizados no verbete *transformação* (que só aparece no DLG, p. 234), o que, mais uma vez, confirma a observação que já fizemos a respeito do aprofundamento dessas técnicas na segunda edição). Valorizam-se nesse verbete a posição, os acréscimos, as substituições, etc. Podemos, portanto, afirmar que aqui está o ponto de partida para a caracterização dos termos oracionais, na sintaxe mattosiana.

Observação: Cabe, aqui, esclarecer que Mattoso Câmara não utiliza as técnicas transformacionais na esteira da gramática gerativo-transformacional, de N. Chomsky. Seus estudos lingüísticos foram sempre de orientação estruturalista; por conseguinte, as técnicas transformacionais explicitadas e empregadas pelo autor não correspondem ao tipo de formalização proposto pela teoria padrão da gramática gerativo-transformacional. Estão, antes, ligadas à utilização que dessas mesmas técnicas fazem Charles Bally e Otto Jespersen. Observe-se que, em nenhum momento, se fazem referências a estruturas profundas abstratas e à ordem das transformações.

O emprego das técnicas formais na sintaxe representa, sem dúvida, um avanço com relação ao que se encontra em nossas gramáticas tradicionais. Não se pode afirmar que essas gramáticas tenham desconhecido totalmente esses aspectos; contudo, não os exploraram totalmente, nem os hierarquizaram.

Não há dúvida, portanto, de que a sintaxe mattosiana constitui uma contribuição importante relativamente à análise da sintaxe portuguesa. Considere-se, também, o paralelismo que se pode estabelecer entre os estudos sintáticos do autor e seus estudos de morfologia: os dois terrenos são explorados de uma perspectiva marcadamente formal.

Relativamente aos termos acessórios, a interpretação de dois ou mais adjetivos (determinando um só substantivo) como constituintes em ordem sucessiva (e não simultânea) está relacionada com a análise em constituintes imediatos, que também considera a oração como uma superposição de camadas binárias.

No verbete *constituintes*, que figura apenas no DLG (p. 83), Mattoso Câmara observa que esses adjetivos não representam necessariamente uma seqüência de coordenação junto ao substantivo que modificam, mas são constituintes em ordem sucessiva. Os critérios formais que permitem caracterizar o fato são a falta de pausa entre esses constituintes e, sobretudo, a possibilidade de anteposição de um deles em face da posposição do outro:

olbos femininos encantadores
encantadores olbos femininos
 ? *femininos olbos encantadores*

No exemplo acima, a possibilidade de permutação de *encantadores* e a fixidez de *femininos* (o que lhe garante maior aderência ao substantivo) levam-nos a estabelecer a divisão do sintagma proposto em duas etapas:

olbos femininos | *encantadores*

olbos | *femininos*

Portanto, os dois adjetivos não estão integrados ao substantivo no mesmo nível, o que mostra que realmente não estão coordenados entre si.

Por sua vez, o aposto não foi suficientemente esmiuçado (p.ex., o autor não levou em conta toda a complexidade da aposição).

O verbete *aposto* apresenta, no DLG, uma observação que não figura no DFG, e que transcrevemos a seguir:

[...] Na aposição tem-se uma *seqüência*, e não um sintagma, mas uma seqüência centrípeta (que gira em torno de um ser como seu centro), em contraste com as demais seqüências, de caráter centrífugo (em que cada membro tem o seu centro de referência: Carlos Gomes, José de Alencar, Pedro Américo são algumas de nossas glórias nacionais). (DLG, p. 58)

Na esteira de F. Mikus, Mattoso Câmara considera *seqüência* a coordenação; o aposto constitui, com a base, uma *seqüência* especial, e não um sintagma (em que a relação sintática é de subordinação).

A especificação da relação sintática do aposto com a base (não mencionada na primeira edição) confirma o que já dissemos: houve, da primeira para a segunda edição, um aprofundamento maior dos aspectos formais.

O aposto, em seqüência com a base, leva a uma revisão do conceito de coordenação, por tabela, do de subordinação. É justamente a interpretação do aposto como elemento em seqüência que conduz o autor a considerar apenas o substantivo como a classe gramatical que pode representar a função apositiva; dessa forma, o valor apositivo do adjetivo fica implicitamente negado e, conseqüentemente, passa despercebida a complexidade do fenômeno da aposição, em sua amplitude.

Não podemos deixar de assinalar alguns problemas e lacunas na caracterização dos termos oracionais.

O caráter normalmente justaposto do objeto direto conduz à comparação com alguns adjuntos adverbiais justapostos, no sentido de estabelecer as devidas diferenças entre esses termos. Contudo, aqui, Mattoso Câmara prendeu-se aos adjuntos adverbiais de tempo (*Leio o dia inteiro*); seria interessante levar em conta, também, os adjuntos adverbiais de peso e de preço (*Isto pesa oitenta quilogramas – Este anel custou-me quarenta libras*), o que possibilitaria uma caracterização mais completa desses complementos. Note-se que não admitem transformação passiva, mas podem ser substituídos por pronomes: *Este anel custou isso*. Como alguns verbos transitivos diretos não podem ser apassivados (*crer, ter*, etc.), o critério da pronominalização poderia parecer mais importante; assinale-se, todavia, que esses complementos também podem ser comutados por advérbios:

Isto pesa muito.

Este anel custou-me caro (adjetivo adverbializado, invariável; cp.: *Estes anéis / (estas jóias) custavam-me caro*).

Pode-se, assim, concluir que os mesmos critérios propostos pelo autor nos levam a reconhecer, aqui, complementos circunstanciais; trata-se, contudo, de caso curioso, pois, com a presença de alguns traços definitórios do objeto direto (justaposição e pronominalização), defrontamo-nos, a rigor, com um exemplo de interpenetração de funções. Naturalmente, a preocupação com distinções gerais e rigorosas contribuiu para a exclusão desses problemas limítrofes.

4. O período composto

Embora representem um avanço mais tímido com relação ao que nossas gramáticas têm observado, as considerações de Mattoso Câmara, no que se refere ao período composto, merecem também explicitação detalhada.

No artigo “Nomenclatura gramatical (2a. aula)”, inserido nos *Dispersos* (Uchôa 1972: 62-69), reconhece apenas dois processos de estruturação do período composto: a coordenação (em que os elementos lingüísticos se somam) e a subordinação (em que esses elementos se relacionam como determinado e determinante), com ou sem conectivo. Apenas quanto à conexão (e não à natureza) é que as orações podem ser justapostas (subdi-

vididas pelo autor em intercaladas, apositivas e adverbiais) e correlativas (consecutivas, comparativas e aditivas). O reconhecimento de justapostas e correlativas ao lado das coordenadas e das subordinadas decorre do fato de se admitir que a subordinada exige um conectivo e a coordenada apresenta sempre um sentido completo. Dessa forma, Mattoso Câmara reorganizou a tradicional classificação de José Oiticica, que alinha os quatro processos em seu *Manual de Análise* (cf. Oiticica 1950: 244-247, 248-240 e 285), sem distinção das classificações quanto à natureza e à conexão.⁸

Publicado em 1960, o texto de Mattoso Câmara (na verdade, apresentado como palestra em 1959) projeta-se nas *Lições de Português pela Análise Sintática*, de Evanildo Bechara, cuja primeira edição é de 1960 (cf. p. 106-107).

Cumpre, contudo, assinalar que a coordenação apresenta problemas não suficientemente esclarecidos por Mattoso Câmara; na parte 4 deste texto, a discussão em torno do conceito de *aposição* (apresentada como uma construção em seqüência centrípeta, ou seja, uma coordenação específica) aponta para a dificuldade do estabelecimento de limites claros entre os processos de coordenação e subordinação, pois o aposto é indiscutivelmente um determinante com relação à sua base (o determinado) e a relação entre determinado e determinante é de subordinação. Haverá, provavelmente, graus intermediários, não levados em conta pelo autor, mais uma vez preocupado com a apresentação de quadros gerais.

Ao estudar “Os padrões frasais”, na *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, especificamente nos itens 4 e 5, dá-se um destaque especial ao padrão comparativo (item 4, p.242-244), explicitado, numa perspectiva diacrônica, como o desenvolvimento de uma frase nominal. No que se refere ao item 5 (“Os padrões de subordinação”, p. 244-247), uma leitura superficial poderia camuflar inovações importantes introduzidas por Mattoso Câmara: o reconhecimento de uma prótase e de uma apódose não apenas nas condicionais, mas também nas subordinadas adjetivas e adverbiais temporais, associado ao emprego dos modos/tempos verbais; o emprego do subjuntivo nas concessivas, nas finais e nas substantivas (nestas últimas podem ocorrer casos de variação livre, também frequentes nas con-

⁸ Em *Teoria da Correlação*, José Oiticica desenvolve um estudo mais amplo e detalhado dessa construção.

dicionais). A novidade consiste, aqui, na preocupação com o emprego de modos/tempos verbais e não na simples classificação das orações.

A importância das técnicas transformacionais, mencionadas na parte anterior deste texto, foi também destacada pelo autor em suas preocupações com o período composto. Curiosamente, isso é mais perceptível em uma de suas obras mais escolares, *Curso da Língua Pátria*. Gramática, 1a. e 2a. séries ginasiais, (Mattoso Câmara 1945). A título de ilustração, comentaremos dois exemplos.

Podem-se substituir frases introduzidas por *ainda que* por construções em que a partícula *que* se pospõe a um substantivo em função de objeto direto:

Ainda que me oferecessem uma fortuna, eu não venderia esta casa →
Uma fortuna que me oferecessem, eu não venderia esta casa

Algumas condicionais encabeçadas por *se* podem perder o conectivo, com a posposição do sujeito ao verbo, e a apódose aparece facultativamente introduzida por *e*:

Se ele tivesse estudado, não teria sido reprovado → *Tivesse ele estudado*
*(e) não teria sido reprovado*⁹

É digno de nota que, nos dois exemplos acima, as frases transformadas apresentam alguns traços comuns: omissão de elementos e mudança de ordem. Resta, todavia, explicar a presença obrigatória do *que* (como pronome relativo, na segunda frase do primeiro par) e a presença facultativa da conjunção *e*, na segunda frase do segundo par (onde a justaposição é mais perceptível).

Já observamos, acima, que as frases assertivas podem passar a emotivas. Comentaremos apenas um exemplo apresentado pelo autor:

A guerra é um absurdo → *Que absurdo uma guerra!*
(cf. Mattoso Câmara 1941: 134)

Houve, na frase exclamativa, a mudança da ordem vocabular, a omissão do verbo de ligação e a introdução da partícula *que*. Defrontamo-nos,

⁹ Cf. *op.cit.*, p.140. Mattoso Câmara não faz referência ao caráter facultativo da conjunção.

aqui, com um problema mais complexo: dadas as vinculações entre sintaxe e estilística, não é fácil determinar se a construção assertiva antecede a exclamativa ou vice-versa; é, portanto, preferível considerar que cada construção apresenta seus recursos formais específicos. De qualquer forma, trata-se de um aspecto perfeitamente explorável.

Finalizando nossas considerações referentes a este capítulo, cumpre destacar um importante trecho do verbete *sintagma*, tal como aparece redigido no *Dicionário de Lingüística e Gramática*:

[...] De acordo com o espírito da definição, implícita em Saussure, entende-se hoje apenas por sintagma um conjugado binário (duas formas combinadas), em que um elemento **determinante** cria um elo de subordinação com outro elemento, que é **determinado**. Quando a combinação cria uma mera coordenação entre os elementos, tem-se, ao contrário, uma **seqüência**. [...] A análise lingüística resume-se assim na depreensão de sintagmas em ordem decrescente, até ao sintagma da palavra simples, e na separação das seqüências que se encontram em cada nível sintagmático [...]. (DLG, p. 223)

A citação ilustra com clareza a influência de Mikus em importantes aspectos da sintaxe mattosiana. É, portanto, compreensível que o período composto por subordinação seja apresentado como um sintagma predicativo complexo, com encaixamento de outras orações (também sintagmas predicativos). Decompõe-se o conjunto, hierarquicamente, em sintagmas cada vez mais simples, sendo a oração subordinada um sintagma predicativo que passa a constituir termo de outro sintagma, em função dos mecanismos de *transposição* acima apresentados e que explicam as possibilidades de transformação das estruturas.¹⁰ No período coordenado, o número de orações corresponde ao número de sintagmas predicativos. Dessa forma, fica solucionado o problema da individualidade das orações no período; perguntas relativas à questão da separação ou não da principal com relação à subordinada (e o mesmo relativamente às orações coordenadas) já estão suficientemente esclarecidas em função das observações deste parágrafo.

¹⁰ Não podemos deixar de assinalar que, no período simples, algumas transformações (substituição, permutação, etc.) não se encaixam no esquema das transposições.

REFERÊNCIAS

- BALLY, Charles. 1965. *Linguistique Générale et Linguistique Française*. 4a. ed. Berne: Francke.
- BECHARA, Evanildo. 1978. *Lições de Português pela Análise Sintática*. 11a. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico (1a. ed. 1960).
- HOCKETT, Charles F. 1958. *A Course in Modern Linguistics*. New York: Macmillan.
- KENISTON, Hayward 1937. *The Syntax of Castilian Prose. The Sixteenth Century*. Chicago: University Press.
- LE GOFFIC, Pierre. 1993. *Grammaire de la Phrase Française*. Paris: Hachette.
- MARTINET, André. 1980. *Éléments de Linguistique Générale*. (Nouvelle ed. remanié et mise à jour.) Paris. Armand Colin.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. 1941. *Princípios de Lingüística Geral como Fundamento para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguiet. (Reimpr. em 1942).
- _____. 1955. "Morfologia e Sintaxe". *Jornal de Filologia*, 3: 3/4: 177-182. São Paulo: Saraiva.
- _____. 1956a. *Dicionário de Fatos Gramaticais*. Rio de Janeiro: MEC/ Casa de Rui Barbosa. (2a. ed. 1963.)
- _____. 1956b. *Uma forma verbal portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- _____. 1964. *Princípios de Lingüística Geral*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- _____. 1975. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- _____. 1977. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 7a. ed. Petrópolis: Vozes.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim & Rocha Lima. 1945. *Curso de Língua Pátria. Gramática*. 1a. e 2a. séries ginásiais. 2a. ed. Rio de Janeiro: Briguiet.
- MIKUS, Francis. 1952. *Quelle est en fin de compte la structure-type du langage?* *Lingua*, 3: 1.430-470.
- OITICICA, José. 1950. *Manual de Análise*. 9a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- _____. 1962. *Teoria da Correlação*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Org. Simões.
- TESNIÈRE, Lucien. 1969. *Éléments de Syntaxe Structurale*. 2a. ed. Paris: Klincksieck.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. 1972. (sel. e introdução.) *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.